



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO TIAGO GONÇALVES NA SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE COMEMORATIVA DO XXXVIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhoras e Senhores Vereadores,
Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais autarcas,
Senhores convidados, entidades civis e militares,
Caríssimo público presente,
Profissionais da Comunicação Social,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Assinalamos nesta data e neste local cheio de significado o 38.º Aniversário da Revolução dos Cravos.

É mais do que justo, iniciar esta intervenção por saudar todos os homens e todas as mulheres intervenientes desta incrível e extraordinária mudança política, social e económica iniciada a 25 de Abril de 1974, sem referir aqui nomes, pois corre-se sempre o risco de se esquecer de algum.

E saudá-los, não só implica recordar todos os que ousaram sonhar que Portugal poderia ser diferente, moderno, próspero, uma terra de mais e melhores oportunidades, com menores diferenças entre o espaço urbano e o espaço rural, onde cada um tem uma palavra a dizer e o seu futuro não se decide como num jogo de futebol, com titulares e suplentes, mas antes com todos os portugueses a jogar na equipa que entra em campo.

Saudar a vitória deste dia há 38 anos atrás, é olhar para conquistas como a liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, de organização política e

sindical, a instituição do salário mínimo nacional, a igualdade de direitos, o fim da guerra colonial, a realização de eleições livres, o direito de sufrágio para maiores de 18 anos, a reforma agrária, o direito à justiça, à cultura, à habitação, ao trabalho, à educação, à saúde, à greve, à reforma e o poder local democrático. Eis um belo e magnífico legado que o 25 de Abril de 1974 deixou à minha geração, que não presenciou nem teve as preocupações e as vivências dessa época.

Por tudo isto, nunca é demais recordar, saudar e agradecer de forma sentida a todos os que arriscaram muito, inclusive a própria vida, desde os protagonistas das lutas académicas à população anónima, passando pelos artistas, os poetas, os cantores de intervenção, os militares de Abril e os presos políticos, para que o 25 de Abril fosse um património de todos nós, sem excepção.

Aceitar que o caminho percorrido até aqui é suficiente, é não saber admitir que verdadeiramente a tarefa de Abril não se encontra concluída, que nunca estará concluída.

Desse modo, o 25 de Abril, mais do que uma data que assinalamos de forma mais solene todos os anos no seu dia respectivo, é uma missão que nos deve ocupar no dia-a-dia, seja no exercício de funções públicas ou políticas, seja em casa, na escola, no trabalho ou, passando a publicidade, no facebook ou em outras redes sociais.

Celebrar Abril todos os dias significa ouvir e respeitar a crítica, a diversidade de opinião, a autonomia das instituições, promover o relacionamento saudável entre o poder e a oposição e envolver os cidadãos.

Cumprir Abril todos os dias obriga-nos a responder aos problemas e aos desafios que se nos colocam, sem o eleitoralismo e a campanha eleitoral permanente habilmente confundível com a prestação de contas.

O alheamento de muitos face às decisões colectivas preocupa-nos e deve exigir respostas adequadas dos agentes políticos.

Não é surpresa para ninguém a grave crise económica, social e também política, com que nos debatemos e que acorda pela manhã com o acordar de muitas pessoas.

Não é surpresa para ninguém que a Europa há muito deixou de construir políticas e opções públicas para responder à crise que se instalou no mundo desenvolvido.

Também não ignoro a facilidade do discurso de quem nunca assumiu o poder governativo para se eximir de responsabilidades. Talvez esse é o caminho sempre mais fácil para quem pouco quer assumir.

Mas desenganam-se se é por aí que pensam que se constrói algo de novo, porque todos somos responsáveis pelo Portugal que somos, mas somos ainda mais responsáveis pelo Portugal que queremos ser no amanhã e por isso, mais do que a passagem da batata quente da responsabilidade está a necessidade de entendimento entre várias forças, sejam políticas, cívicas, sociais, para garantir às populações uma vida digna e com qualidade e nem sempre o caminho seguido pelos decisores vai nesse sentido.

Opomo-nos vivamente, com todas as letras, ao desmantelamento do Hospital de Peniche, ao fim do serviço de urgência básico, à perda de valências desse serviço e pugnamos pelo cumprimento do acordo a que se chegou com o então Ministro Correia de Campos.

Opomo-nos, também, com todas as letras à criação de um mega-agrupamento de Escolas na Cidade de Peniche que ultrapasse a consideração pelas especificidades de cada instituição, de cada realidade social conexas e o projecto educativo respectivo, por meras razões economicistas, originando a perda da qualidade do ensino e deturpando uma reforma que com critérios lógicos teria sentido.

Opomo-nos a um concelho imobilizado e sem futuro, onde praticamente sete anos depois do início do ciclo da actual gestão camarária os instrumentos de planeamento, essenciais ao crescimento da economia local, têm um índice de desenvolvimento pouco diferente do de 2005.

Opomo-nos a um cenário em que a criação de espaços industriais é praticamente inexistente em sete anos.

Opomo-nos a uma realidade em que se contam pelos dedos das mãos os jovens deste concelho que vivem ou trabalham no concelho depois de concluída a frequência de estudos superiores, sinal de que este é pouco atractivo para a sua fixação.

Não aceitamos que o Festival Sabores do Mar, evento importante à promoção das nossas actividades económicas possa estar em causa e que processos importantes à criação de riqueza e emprego não tenham o avanço que todos desejariamos, sendo um deles a construção de uma Pousada neste local.

Preocupa-nos a ausência de uma política de valorização territorial, considerando o concelho como um todo e com investimento público municipal não apenas na Cidade mas também na zona rural, a fim de reduzir as assimetrias entre o espaço urbano e o espaço rural.

Preocupa-nos a situação financeira da Autarquia, cuja dívida à banca e a fornecedores em 2011 foi de sensivelmente perto de 13 milhões de Euros, praticamente o dobro da que era em 2005 e com as implicações que isso acarreta para o desenvolvimento da actividade do município, para a resposta às necessidades das populações e para o estrangulamento da economia local, considerando que alguns dos fornecedores são empresas locais.

Em tempos de crise a justificação mais hábil é a própria crise, contudo, a crise financeira não suspende a obrigação de promover com responsabilidade a gestão dos dinheiros públicos, nem muito menos a necessidade de gerir os recursos públicos, sejam poucos ou muitos, com critérios razoáveis.

Mas há que estar alerta, pois em tempos de crise a racionalização é uma arma importante, mas com limites. A crise não pode justificar tudo e cobrir todas as intenções, mesmo aquelas que pouco têm a ver com a crise, e daí que sejamos frontalmente contra a opções que envolvam a perda de conquistas fundamentais de Abril relacionadas com o Estado Social.

Mas se nos preocupa a gestão dos que decidem, isso obriga-nos a ser consequentes e a apresentar ideias e propostas que sejam exequíveis e temos seguido esse caminho com iniciativas como a recomendação para introdução de facturação electrónica nos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, poupando recursos e o ambiente; a disponibilização de conteúdos sobre turismo em mais do que uma língua estrangeira no site municipal, porque queremos que aquilo que a nossa terra tem de melhor chegue cada vez mais a mais pessoas; a transmissão sonora na Internet das Assembleias Municipais para promover a participação dos cidadãos, em particular, dos que estão mais longe, na vida do concelho; a realização de um debate sobre a reorganização administrativa de freguesias, a fim de encontrar soluções que respondam melhor às necessidades das populações, centrando nas pessoas as

preocupações e não em benefícios pessoais alheios ao interesse colectivo, foram propostas e contributos para melhorar a vida do concelho e que orgulham este grupo, que sempre esteve e estará disponível para o diálogo e para contribuir com sentido de responsabilidade.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

“O caminho faz-se caminhando”, como disse o poeta António Machado.

Sabemos bem o que somos colectivamente e o que valemos. Sabemos bem as riquezas que a nossa terra tem. Sabemos bem o valor das suas gentes e o trabalho que desenvolvem, sabemos convictamente que há em cada um, um agente de mudança.

É sabendo isso que continuamos a convocar todos os penichenses a participar nesse avançar de todos os dias que é o 25 de Abril, por Peniche e por Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Viva Peniche!

Viva Portugal!